



AMPLIAR A GREVE DOS CORREIOS E CHAMAR OUTRAS CATEGORIAS PARA CONSTRUIR A LUTA NACIONAL



Os trabalhadores dos Correios seguem em greve em todo o país, em um movimento já considerado histórico pela grande adesão e pela vanguarda na luta contra a política ultraliberal do governo Bolsonaro. Em Minas Gerais, com apoio de outras categorias, no dia 27, os trabalhadores em greve realizaram mais um ato/passeata grandioso e a assembleia decidiu, por unanimidade, manter a greve por tempo indeterminado.

Para petroleiros: reajuste zero!

A greve nos Correios colocou a direção da Petrobras na defensiva e as negociações em torno da campanha salarial de 2020 avançam, ainda que em passos lentos. Direitos importantes foram garantidos na nova contraproposta da empresa, com a manutenção da maioria das cláusulas do atual Acordo Coletivo de Trabalho, porém condicionado ao aceite do reajuste zero e a empresa insiste em alterar a forma de custeio da AMS, o plano de saúde dos petroleiros. Ou seja, a gestão Castello Branco quer que os trabalhadores aceitem ficar sem reajuste salarial em troca de não perderem aquilo que lhes é de direito, conquistado nas lutas por meio do acordo coletivo.

O governo certamente teme que os petroleiros engrossem a luta contra as privatizações. A privatização da Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) está na lista de Paulo Guedes e significa, além de repassar a apropriação da

renda petroleira para a iniciativa privada, destruir a função da estatal que é otimizar os ganhos do Estado. A privatização dos recursos naturais e estratégicos brasileiros é um verdadeiro crime de lesa-pátria em favor de investidores estrangeiros. Perdem os trabalhadores da Petrobrás, perde o povo brasileiro.

Para bancários igual política: reajuste zero!

Os bancários, que também estão em campanha salarial, receberam as propostas dos banqueiros de reajuste zero por dois anos e de rebaixamento dos direitos da categoria, sendo que os bancos aumentaram seus lucros, mesmo na pandemia. Assembleias estão sendo chamadas virtualmente pelos Sindicatos em todo o país, para que a categoria discuta a organização da luta pelos seus direitos e contra a privatização da Caixa, através da Medida Provisória 995, editada recentemente pelo governo Bolsonaro.

**A GREVE DOS CORREIOS É UM IMPULSO PARA
UNIFICAR AS CATEGORIAS CONTRA OS ATAQUES À
CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA.
UNIR OS TRABALHADORES DAS ESTATAIS NA LUTA
CONTRA A PRIVATIZAÇÃO.
VAMOS À LUTA!**

#naoprivatizaçãodasestatais
#ampliaralutacontraosataques



STF DECIDE SOBRE DEMISSÃO DE TRABALHADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir em breve se as empresas públicas podem dispensar funcionários sem motivação formal. De acordo com a legislação atual, as dispensas só ocorrem por justa causa, por meio de programas de incentivo à demissão e aposentadoria ou de forma motivada. Porém, um parecer do procurador-geral da União, Augusto Aras, defende é favorável à demissão sem qualquer motivação. A decisão do STF sobre um caso de trabalhadores do Banco do Brasil (BB) do Ceará, que está na Justiça há mais de 20 anos, terá efeito sobre todas as 197 estatais de controle direto e indireto da União.



Hoje, há 476.644 empregados públicos e de acordo com o parecer do PGR, apenas as estatais e sociedades de economia mista que atuam em regime de monopólio ou as responsáveis pela execução de políticas públicas, como Correios e Casa da Moeda, por exemplo, manteriam a obrigação de motivar a demissão de seus empregados.

Paulo Guedes, à frente do Ministério da Economia, obviamente se manifestou favorável ao parecer de Aras. Sedento em privatizar as estatais, ele apoia não só a destruição dos direitos históricos dos trabalhadores, mas a sua demissão. É fundamental barrar esses ataques e isso só será possível com a luta unificada da classe trabalhadora.

FUNDEB APROVADO: HORA DE LUTAR CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A aprovação do Fundeb permanente no Senado foi considerada uma conquista dos trabalhadores em educação, pois significa a garantia do financiamento da educação pública no país. No entanto, o projeto foi aprovado sob forte pressão do lobby privatista. A atuação da Bancada da Fundação Lemann no Congresso Nacional garantiu a incorporação dos princípios liberais da reforma empresarial da educação, que obstaculizam a construção de um sistema justo e igualitário de educação.

É preciso ampliar a luta pela garantia de que as verbas públicas sejam exclusivas para a melhoria da escola pública, com gestão pública.

IMPASSE NA NEGOCIAÇÃO COM O SERPRO



O SERPRO tem lucrado cerca meio bilhão por ano, nos últimos 3 anos, graças aos seus trabalhadores. E sua meta para 2021 é de reduzir gastos com pessoal em 200 milhões. Desde maio os trabalhadores estão em negociação coletiva e foi necessário buscar mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As partes (TST, FENADADOS e representação da empresa) chegaram a uma proposta que, inclusive, foi aprovada nas assembleias.

Tudo pronto para assinar o acordo e um silêncio súbito se fez. E a proposta era apenas o pagamento de um abono de R\$2.210,00 e renovação do Acordo Coletivo. O reajuste seria ZERO. Das duas uma: ou a empresa vai prorrogar o ACT e a negociação será retomada; ou vai ajuizar dissídio para tentar reduzir direitos. Já estamos vendo este filme em outras estatais.

BOLSONARO: INIMIGO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Alegando impacto orçamentário e financeiro, Jair Bolsonaro vetou o Projeto de Lei que estabelecia o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 a agricultores familiares que não tivessem recebido o benefício. Vetou também um programa de fomento para apoiar a atividade produtiva de agricultores familiares durante o estado de calamidade pública. A extensão do Benefício Garantia-Safra a todos os agricultores familiares e a autorização de renegociação de operações de crédito rural relativas a débitos de agricultores familiares até o fim de 2021, também foram vetadas.

Os planos desse governo é destruir a pequena agricultura, responsável pela maior parte da produção de alimentos do país, em favor dos latifúndios agroexportadores.